DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE DOURADO

www.dourado.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/dourado

Quinta-feira, 11 de fevereiro de 2021 | Ano V | Edição nº 630 | Página 1 de 8

SUMÁRIO

PODER EXECUTIVO DE DOURADO	2
Licitações e Contratos	2
Homologação / Adjudicação	2
Aviso de Licitação	2
Contas Públicas e Instrumentos de Gestão Fiscal	4
Prestação de contas	4

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Dourado, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Dourado poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.dourado.sp.gov.br
Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse www.imprensaoficialmunicipal.com.br/dourado
As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Dourado
CNPJ 51.814.960/0001-26
Rua Dr. Marques Ferreira, 591
Telefone: (16) 3345-9000
Site: www.dourado.sp.gov.br
Diário: www.imprensaoficialmunicipal.com.br/dourado

Câmara Municipal de Dourado
CNPJ 01.169.273/0001-27
Praça Alfredo Araújo, 545
Telefone: (16) 3345-1877
Site: www.camaradourado.sp.gov.br

Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001 e Lei Municipal nº 1.617, de 2017.

O Município de Dourado garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.dourado.sp.gov.br

Compilado e também disponível em www.imprensaoficialmunicipal.com.br/dourado

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE DOURADO

www.dourado.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/dourado

PODER EXECUTIVO DE DOURADO

Licitações e Contratos

Homologação / Adjudicação

ATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista o resultado obtido no Procedimento Licitatório 07/2021 CONVITE 01/2021, cujo objeto é: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO E ACOMPANHAMENTO PARA APROVAÇÃO JUNTO AOS ÓRGÃOS COMPENTENTES DO DISTRITO EMPRESARIAL DE DOURADO, realizado conforme Ata de Sessão Pública, na data de 03/02/2021, com a presença da Comissão de Licitações desta Municipalidade, bem como Parecer do Departamento Jurídico, ADJUDICO E HOMOLOGO todo o procedimento, e autorizo a aquisição da seguinte forma

FORNECEDOR	ITENS	VLR TOTAL R$
JOÃO PAULO ZITELLI SANTOS ENGENHARIA CNPJ 34.781.232/0001-46	01	R$ 95.850,00

Ante as competências estabelecidas na Lei Municipal, autorizo a que se formalize os contratos, bem como a emissão dos respectivos empenhos.

Ao Departamento competente para as providências sequenciais cabíveis.

Dourado, 08 de fevereiro 2021

GINO JOSE TORREZAN

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação

Tomada de Preço nº 03/2021 - Processo nº 11/2021 - A Prefeitura Municipal de Dourado/SP, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade Tomada de Preços do tipo Menor Preço Global, que tem por objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de conservação, manutenção e limpeza em diversos locais do Município, mediante o fornecimento pela CONTRATADA da mão-de-obra necessária para a execução dos serviços, conforme projeto básico, planilha descritiva e quantitativa dos serviços e orçamentária de preços básicos e planilhas com parâmetros para composição dos preços unitários, contendo todas as informações necessárias para a execução dos serviços listados neste item (ANEXOS I). O Edital completo poderá ser retirado em via impressa ao custo de R$ 5,00 (cinco reais), no setor de compras sito à Rua Dr. Marques Ferreira, 591, centro, na cidade de Dourado/SP, ou baixado gratuitamente através do site www.dourado.sp.gov.br. O recebimento dos envelopes de proposta e documentação e abertura dos mesmos será às 09h00min do dia 01/03/2021 na Prefeitura Municipal de DOURADO, localizada na Rua Dr. Marques Ferreira, 591 - Centro – CEP 13590-000, DOURADO/SP.

Prefeitura Municipal de Dourado, 10 de fevereiro de 2021.

ANDRÉ LUIZ MIRANDOLA

Presidente da Comissão de Licitação

Portaria 2.913 de 08 de janeiro de 2021

GINO JOSÉ TORREZAN

Prefeito

Tomada de Preço nº 01/2021 - Processo nº 08/2021 - A Prefeitura Municipal de Dourado/SP, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade Tomada de Preços do tipo Menor Preço Global, que tem por objeto: Contratação de empresas para prestação de serviços de transporte de alunos, conforme projeto básico, planilha descritiva e quantitativa dos serviços e orçamentária de preços básicos e planilhas com parâmetros para composição dos preços unitários, contendo todas as informações necessárias para a execução dos serviços listados neste item (ANEXOS I, I-A e I-B). O Edital completo poderá ser retirado em via impressa ao custo de R$ 5,00 (cinco reais), no setor de compras sito à Rua Dr. Marques Ferreira, 591, centro, na cidade de Dourado/SP, ou baixado gratuitamente através do site www.dourado.sp.gov.br. O recebimento dos envelopes de proposta e documentação e abertura

dos mesmos será às 09h00min do dia 02/03/2021 na Prefeitura Municipal de DOURADO, localizada na Rua Dr. Marques Ferreira, 591 - Centro – CEP 13590-000, DOURADO/SP.

Prefeitura Municipal de Dourado, 10 de fevereiro de 2021.

ANDRÉ LUIZ MIRANDOLA

Presidente da Comissão de Licitação

Portaria 2.913 de 08 de janeiro de 2021

GINO JOSÉ TORREZAN

Prefeito

46

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2020, EM ATENDIMENTO AO ARTIGO 9º DA LRF 101/2000.

Aos vinte e oito dias do de mês de maio de 2020, às quatorze horas no recinto da Câmara Municipal de Dourado-SP, realizou-se a audiência pública para avaliação do cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal, relativa ao primeiro quadrimestre do ano de 2020, nos termos do *Parágrafo 4°. do Artigo 9°.da Lei Complementar 101/2000-LRF*. A presente audiência foi devidamente divulgada através de edital publicado no mural da Prefeitura Municipal, no site oficial da mesma e no Diário Oficial do Município, edição de 14 de maio dec 2020. Os trabalhos foram coordenados pelo Sr. Benedito Antonio Baptista, Diretor do Departamento de Finanças e com apoio da equipe técnica do Departamento de Finanças. Iniciou-se os trabalhos esclarecendo que na presente audiência pública serão apresentados os principais aspectos que condicionaram o comportamento do resultado primário, resultado nominal, receita, Gastos com Pessoal, Educação, Saúde e da Dívida Consolidada no exercício financeiro de 2020. Foi informado aos presentes que para apuração dos resultados mencionados foram considerados os Poderes Legislativo e ao Poder Executivo, e que os dados foram extraídos do Relatório de Gestão Fiscal do primeiro quadrimestre/2020 e Relatório Resumido - RREO, do segundo bimestre de 2020, SIOPE/FNDE e SIOPES. Iniciou-se os trabalhos apresentando primeiramente a execução da receita, conforme segue: Receita Prevista para o período: R$ 12.800.042,47; Receita Arrecadada: R$ 12.838.824,49. Analisando a receita orçamentária verifica-se a receita arrecadada superou a arrecadação prevista para o período em análise. Em seguida passou-se a demonstração da despesa. A despesa empenhada pelo executivo municipal até este quadrimestre totalizou em R$ 15.128.759,47; A Receita Liquidada no período foi de R$ 11.672.069,09; A Despesa Paga no período foi de R$ 10.233.618,53. Analisando-se a execução orçamentária do quadrimestre, comparando a receita arrecadada com a despesa empenhada constata-se um déficit orçamentário de R$ -2.694.614,98, No entanto, quando levado em consideração o superávit financeiro do exercício anterior no valor de R$ 2.498.754,21, apurado no balanço patrimonial encerrado em 31/12/2019, o déficit diminui para R$ -195.860,77. Analisando a execução orçamentária comparando-se a Receita Arrecadada com a despesa liquidada e considerando o superávit financeiro do exercício anterior apurou-se um superávit orçamentário de R$ 3.260.829,61. Na sequência foram analisada a execução orçamentária do Legislativo Municipal, conforme segue: Despesa empenhada: R$ 361.152,75; Despesa Liquidada: R$ 283.542,57. Na sequência passou a demonstração do resultado primário apurado até o primeiro quadrimestre que foi de R$ 1.470.191,02 e o Resultado Nominal apurado em 30/04/2020 foi de R$ -1.056.926,93; Dívida Consolidada - foi esclarecido que o endividamento a Longo Prazo pertencente ao Executivo Municipal, é representada pela dívida previdenciária – INSS (parcelada) e pelo financiamento junto ao Desenvolve SP,, que apresentou um saldo em 30/04/2020, no valor de R$ 317.370,59, Nota-se que a dívida vem apresentando redução devido a amortização da mesma. Restos a Pagar - Em relação à Inscrição em Restos a Pagar foi demonstrado que o executivo municipal inscreveu Restos a Pagar processado o valor de R$ 1.491.203,20 , tendo sido foi totalmente pago no quadrimestre e enfatizando que não houve inscrição de restos a pagar pela Câmara Municipal; O Restos a pagar não processados apresentou em 31/12/2019, o valor de R$ 830.472,24, tendo sido pago o valor de R$ 469.599,56. No entanto, restos a pagar não processado apresentou um saldo em 30/04/2020, na importância de R$ 338.256,38. Prosseguindo, foi demonstrado a Receita Corrente –RCL - apurada no primeiro quadrimestre/2020 que foi de R$ 36.838.465,35; Na sequencia foram analisadas e demonstrado os índice da Despesas com Pessoal - Poder Executivo: conforme artigo 54 e 55 da LRF, a despesa com pessoal atingiu o índice correspondente a 47,03% da R.C.L. apurada; A despesa com pessoal da Câmara Municipal representou 2,03% da Receita Corrente Líquida, conforme Relatório de Gestão Fiscal. Concernente a educação a legislação exige que seja aplicado o mínimo de 25,00 % da Receitas de Impostos e Transferências Constitucionais, conforme o demonstrado foi aplicado 36,93% da referida receita; Quanto ao FUNDEB, a receita total apurada no período foi de R$ 1.555.331,22, tendo sido aplicado com remuneração dos profissionais do magistério 91,42%, da referida receita. Em referência a saúde a legislação determina que seja aplicado o mínimo de 15,00 % das Receitas de Impostos e Transferências Constitucionais que foi de R$ 11.609.565,85 , tendo sido aplicado o percentual de 26,36 % da referida receita; Assim, observa-se que o limites estabelecidos pela Lei Fiscal LRF e legislações pertinentes foram cumpridos. Em síntese foi destacado as principais questões da administração levantada em audiência pública, no que se refere à gestão fiscal da administração, analisando desempenho da administração pública e a avaliação dos resultados alcançados. Após as explanações, foi colocada livre a palavra e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, e nada mais havendo a ser tratado a presente audiência pública foi encerrada e foi lavrada a presente ata, que após lida e achada conforme vai assinada pelos presentes.

47

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2020, EM ATENDIMENTO AO ARTIGO 9º DA LRF 101/2000.

Aos vinte e oito dias do de mês de setembro de 2020, as quatorze horas no recinto da Câmara Municipal de Dourado - SP, realizou-se a audiência pública em atendimento em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 9º e ao parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº. 101/00. A presente audiência foi devidamente divulgada através de edital publicado no Diário Oficial do Município, no mural da Prefeitura Municipal e no site oficial da mesma com a finalidade de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do segundo quadrimestre do ano de 2020. Os trabalhos foram coordenados pelo senhor Benedito Antonio Baptista, Diretor do Departamento de Finanças da Prefeitura de Dourado e auxiliado pelo Sr. Paulo Henrique Grego, contador da Prefeitura Municipal de Dourado. Iniciou-se os trabalhos comunicando que as informações foram extraídas do Relatório de Gestão Fiscal e Relatório Resumido. Em seguida passou a apresentar as metas realizadas no segundo quadrimestre do exercício de 2020, primeiramente analisando o quadro demonstrativo das receitas comparando-se no quadrimestre a receita prevista com a arrecadada, conforme segue: Receita (liquida) prevista R$ 12.121.226,06; Receita Arrecadada(liquida)= R$ 11.690.501,47, demonstrando que a Receita Arrecadada ficou R$430.724,59, abaixo da Receita Prevista para o período. Na sequência foram analisadas as despesas públicas relativas ao segundo quadrimestre/2020. Na análise do confronto das Receitas Arrecadadas de janeiro a gosto na importância de R$ 24.529.325,96 com as Despesas Liquidadas no mesmo período = R$ 23.826.870,33, sendo relativa a Câmara Municipal o valor de R$ 588.716,73, verifica-se um superávit de R$ 702.455,63. Comparando-se a receita arrecada com a despesa empenhada, no valor de R$ 27.901.795,81, no período de janeiro a agosto/2020, temos um déficit orçamentário de R$ -3.372.469, 85.Lembrand-se que no exercício de 2019 houve um superávit de R$ 2.498.754,21, reduzindo o déficit para R$ --873.715, 64.Da análise do Resultado Primário e Nominal apurado até o segundo quadrimestre, conforme RREO Anexo 6. Resultado Primário apurpurado até o segundo quadrimestre foi de R$ 943.115,65; Resultado Nominal apurado até agosto/2020 foi de R$ -2.129.557,34.Em relação a Inscrição em Restos a Pagar, conforme anexo 7 do RREO, no segundo quadrimestre apresentou o saldo de R$ 239.986,55;Dívida Pública Consolidada – O endividamento a Longo Prazo, representado pela dívida previdenciária – INSS, parcelada, e pelo financiamento junto ao Desenvolve SP, vale destacar a que a mesma vem sendo reduzida, tendo em vista que apresentou um saldo em 31/12/2019 no valor de R$ 607.370,59, em 31/08/2020 apresentou o saldo no valor de R$ 317.360,59. Foi informado que a referida dívida é composta pelo parcelamentos junto à Previdência Social - INSS e operações de crédito - financiamento de ativo permanente junto à Agencia de Desenvolvimento Paulista – "Desenvolve São Paulo". Em sequência, foram demonstrado os índices exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme segue: Despesas com Pessoal - Poder Executivo: conforme artigo 54 e 55 da LRF, apresentou um índice de despesas com pessoal correspondente a 50,04%, da R.C.L. apurada; A despesa com pessoal da Câmara Municipal apurou-se um índice de 2,03% da Receita Corrente Líquida, conforme dados extraídos do Relatório de Gestão Fiscal. Constata-se que os limites fixados pela mesma lei federal e pelo artigo 29-A da Constituição Federal, em seu § 1º foram cumpridos. No concernente a Saúde a lei determina que seja aplicado o mínimo de 15,00% das Receitas de Impostos e Transferências Constitucionais conforme a LC 141/2012, tendo sido aplicado 26,37%, da referida receita; Em relação a Educação, a legislação determina que seja aplicado o mínimo de 25,00 % da Receitas de Impostos e Transferências Constitucionais na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino constatou foram aplicados 38,94%%. Quanto ao FUNDEB foi aplicado com remuneração dos profissionais do magistério 78,34%,da receita total do FUNDEB no valor de R$ 2.731.510,11. Assim, após explanação dos quadros demonstrativos das Metas Fiscais, foi colocada livre a apalavra e como ninguém quisesse fazer uso da palavra e nada mais havendo a ser tratado a presente audiência pública foi encerrada e lavrada a presente ata, que após lida e achada conforme vai assinada pelos presentes.

Beatriz Abral

45

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 30 DE JANEIRO DO ANO DE 2020, PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2019.

Aos 30 dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte, na sede da Câmara Municipal de Dourado - SP, situada a Praça Alfredo Araújo, 575, centro, ás quatorze hora, realizou-se a Audiência Pública mencionada no título, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 9º e parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. A referida audiência pública foi devidamente divulgada através de edital publicado no mural da Prefeitura Municipal, no site oficial da mesma e no Diário Oficial do Município de Dourado, edição do dia 20 de janeiro de 2020. A audiência foi conduzida pelo Sr. Benedito Antônio Baptista, Diretor do Departamento Municipal de Finanças, e convidou o Sr. Paulo Henrique Grego, contador do Executivo Municipal, para secretariar os trabalhos da Audiência Pública. Informou, o Sr. Benedito Antônio Baptista, Diretor do Departamento Municipal de Finanças, que a referida Audiência Pública tem por objetivo, demonstrar e avaliar os resultados das metas fiscais do 3º quadrimestre do exercício de 2019, em cumprimento as exigências do § 4º do artigo 9º e parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Inicialmente foram expostos pela equipe técnica da Prefeitura Municipal conceitos dos itens e valores avaliados durante a audiência pública: Resultado Primário, Resultado Nominal, receitas Fiscais, Despesas Fiscais, Dívida Pública Consolidada, Receita Corrente Liquida e outras. Foi esclarecido também, que os valores apresentados referiam-se ao ente municipal, ou seja, abrangendo o poder Executivo e o Poder Legislativo. Inicialmente foi avaliado a execução da receita fiscal, já deduzido 20% para o FUNDEB, referente ao terceiro quadrimestre de 2019. A receita Prevista para o trimestre importa no valor de R$ 11.094.307,48, e a Receita Arrecadada no período foi de R$ 12.726.900,96, observando-se um excesso de arrecadação no período de R$ 1.602.593,48. Em seguida foram demonstradas e avaliadas a execução da Despesa consolidada no terceiro quadrimestre/2019, a seguir: Despesa Empenhada: R$ 11.296.951,90; Despesa Liquidada: R$ 12.332.220,24; Despesa Paga: R$ 12.839.745,26.Analisando a execução orçamentária do Executivo Municipal relativa ao terceiro quadrimestre/2019, e comparando-se a Receita Arrecadada = R$36.844.811,52, com a Despesa Empenhada = R$ 35.707.828,93, verifica-se um resultado positivo de R$ 1.136.982,59; comparando-se a Receita Arrecadada com a despesa Liquidada pelo executivo Municipal, apurou-se um resultado positivo de R$ 1.967.454,83. Na sequência foi avaliado a execução orçamentária consolidada do exercício de 2019, conforme dados extraídos do Balanço Orçamentário – Anexo 14 – Lei 4.320/64, a saber: Receita Arrecadada no exercício = R$ 36.844.811,52; Despesa empenhada no exercício: R$ 36.575.463,65, apurando-se um superávit orçamentário de R$ 269.347,87; Avaliando a execução orçamentária pela Despesa Liquidada = R$ 35.744.991,41, observando um superávit de R$ 1.099.820,11. Analisando o resultado Primário conforme RREO - anexo 6 podemos verificar que no exercício de 2019, obteve-se o resultado primário da ordem de R$ 1.332.563,00. Sabendo-se que o resultado primário é a diferença apurada entre receita fiscal líquida, deduzida da despesa fiscal líquida, sua apuração fornece uma melhor avaliação do impacto da política fiscal em execução. Resultado Nominal: Conforme RREO - anexo 6. Através do anexo denominado resultado nominal, foi demonstrado as disponibilidades financeiras e o estoque da dívida pública do município no encerramento do terceiro quadrimestre de 2019. Este anexo tem a finalidade de demonstrar a capacidade do ente municipal em amortizar suas dívidas, tendo como base a Dívida Fiscal Líquida, que será obtida tomando-se por base o valor da dívida total, deduzida as disponibilidades financeiras. O resultado Nominal obtido no período de janeiro a dezembro/2019 foi da ordem de R$ -2.612.799,22. Dívida Pública Consolidada - O Endividamento a Longo Prazo, representado pela dívida previdenciária – INSS, parcelada, e pelo financiamento junto ao Desenvolve SP, vale destacar a que a mesma vem sendo reduzida, tendo em vista que apresentou um saldo em 31/12/2018 de no valor de R$ 1.054.328,67, em 31/08/2019 apresentou o saldo no valor de R$ 760.861,62, e em 31/12/2019 apurou-se o saldo de R$ -607.370,59. O saldo da referida dívida é composto pelo parcelamentos junto à Previdência Social - INSS no valor de R$ 379.109,30, e o valor de R$ 228.261,29, referente a operações de crédito - financiamento de ativo permanente junto à Agencia de Desenvolvimento Paulista – "Desenvolve São Paulo". Restos a Pagar – Foram inscrito em Restos a Pagar Processados = R$ 1.478.727,25, e Restos a Pagar não Processados R$ 167.500,00, enfatizando que não há inscrição de restos a pagar da Câmara Municipal. A Disponibilidade de Caixa Liquida apresentada no encerramento do exercício, conforme RGF - anexo 5 foi da ordem de R$ 2.748.966,84. Prosseguindo, foram demonstrados os índices exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme segue: Despesas com Pessoal - Poder Executivo, conforme artigo 54 e 55 da LRF, a despesa com pessoal atingiu o índice correspondente a 45,58% da R.C.L. apurada no exercício de 2019. que foi de R$ 36.269.593,26. As despesas total com pessoal relativas á Câmara Municipal representou 2,06% da Receita Corrente Líquida. Podemos assim constatar o cumprimento dos limites fixados pela legislação pertinente. Em relação a Saúde a lei determina que seja aplicado o mínimo de 15,00 % das Receitas de Impostos e de transferências constitucionais tendo constado em 31/12/2019, conforme SIOPS, foram aplicado o índice de 25,75*% da referida receita.* Concernente a Educação a legislação exige que seja aplicado o mínimo de 25,00 % da Receitas de Impostos e Transferências Constitucionais, tendo sido apurado um índice de aplicação de 34,86%, conforme SIOPE; Em relação ao FUNDEB, a receita total foi de R$ 4.438.335,99, tendo sido aplicado com remuneração dos profissionais do magistério 75,52%, da referida receita, cumprindo-se o estabelecido pela legislação. Terminando as explanações quanto aos resultados alcançados, foi colocada livre a palavra para esclarecimento de dúvidas, e como ninguém quisesse fazer uso da mesma e nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, e o Sr. Paulo Henrique Grego, secretário designado, lavrou a presente ata, a qual lida e aprovada conforme, vai assinada pelos presentes. Dourado, 30 de janeiro de 2020.

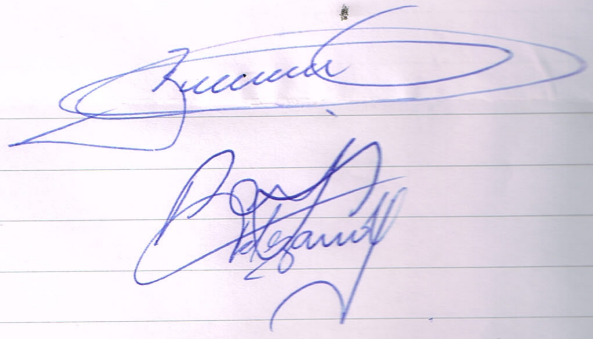
Ana Carolina Romualdo

Beatriz e.

Valdir

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E ELABORAÇÃO DA LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCICIO FINANCEIRO DE 2021.

No dia primeiro do mês de abril de 2020, foi publicado no Diário Oficial do Município de Dourado/SP, o edital da audiência pública para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO para exercício de 2021 e alteração no Plano Plurianual 2018/2021. Devido a pandemia, no dia dezessete (17) de abril de 2020, foi publicado no Diário Oficial do Município de Dourado/SP, o comunicado alterando a data da referida audiência pública para o dia vinte e quatro (24) de abril de 2020, e informando que a mesma não seria realizada presencialmente em razão da pandemia decretada em decorrência do coronavirus (COVID-19). Assim, as audiências públicas que antes eram realizadas presencialmente, reuniam servidores públicos eram abertas à participação da população, foi substituída pelo envio de sugestões através do e-mail: imprensa2@dourado.sp.gov.br, com objetivo de coletar sugestões no tocante aos programas, objetivos e metas às ações que irão compor o orçamento do governo municipal para o exercício de 2021, conforme preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal em seu artigo 48, onde o prazo para recebimento das sugestões se daria até a data do dia 24 de abril de 2020, porem, não nos foi enviado nenhuma sugestão. Para tanto, foi disponibilizado através do site www.dourado.sp.gov.br ou link ttps://www.dourado.sp.gov.br/audiencia-publica as metas fiscais e prioridades, a receita e a despesa estimada para o exercício de 2021. Todavia, a receita estimada para o Orçamento Geral do Município para o exercício de 2021, foi da ordem de R$ 36.795.000,00. Quanto a Despesa foi demonstrado a previsão da despesa por órgão, Departamentos e programas e projetos no total de R$ 36.795.000,00. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a audiência pública. Lavrou-se a presente ata, que após lida e aprovada.



ATA DA AUDIÊNCIA PUBLICA REALIZADA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCICIO DE 2021 – LOA E ALTERAÇÕES NO PLANO PLURIANUAL 2018/2021 E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA/2021.

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, às quatorze horas, no auditório do Departamento de Educação, à Rua José Bustani, 600, bairro Jardim Paulista, Dourado, SP, SP, realizou-se a Audiência Pública para discussão e elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), que estima a Receita e fixa Despesa do município de Dourado, Estado de São Paulo, para exercício financeiro de 2021, em atendimento ao disposto no parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº. 101/2000 (LRF), e alterações no Plano Plurianual 2018/2021 e na Lei de Diretrizes Orçamentária/2021, conforme Edital publicado no Diário Oficial do Município, ano IV edição 539, de 08/09/2020 e no site da Prefeitura Municipal de Dourado. Os trabalhos da presente audiência pública foram coordenados pelo Sr. Benedito Antonio Baptista, Diretor do departamento de Finanças e auxiliado pelo Sr. Paulo Henrique Grego, Contador do executivo Municipal. Dando início aos trabalhos o sr. Benedito Antonio Baptista primeiramente agradeceu a presença dos senhores Munícipes e destacou a importância da participação da população no processo orçamentário. Na sequência relatou sobre a necessidade de efetuar ajustes no Plano Plurianual –PPA/ 2018/2021 lembrando que o referido Plano Plurianual foi elaborado e aprovado no exercício de 2017 e também na Lei de Diretrizes Orçamentária/2021. As alterações são necessárias para adequar as dotações orçamentárias as realidades físico, econômicas- financeiras, bem como a readequação das despesas constantes da Lei de Diretrizes Orçamentária/2021, lembrando que o Plano Plurianual 2018/2021, foi elaborado e aprovado no exercício de 2017, bem como a LDO/2021, que foi aprovada em junho/2020, enfatizando que as referidas alterações são imprescindível para que haja compatibilização entre as peças do planejamento municipal. Na sequência foram demonstradas as alterações necessárias para o ajuste do PPA -2018/2021 na LDO/2021, tendo em seguida colocado livre a palavra para quem quisesse fazer uso da mesma e como ninguém se manifestou foi considerada aprovada as referidas alterações Plano Plurianual – "PPA" 2018/2021 e na Lei de Diretrizes Orçamentária/2021. Dando prosseguimento a audiência pública, passou-se à apresentação da proposta orçamentária para o exercício econômico de 2021, sendo primeiramente demonstrando as receitas públicas estimadas para o exercício de 2021, a saber: Receita Tributária, Taxas e Contribuições de melhorias R$ 5.068.297,00; Receita Patrimonial R$ 117.000,00; Receita de Serviços R$ 249.500,00; Transferências Correntes - Governamentais R$ 36.691.403,00; Outras Receitas Correntes R$ 126.00,00; RECEITA DE CAPITAL: Transferência de Capital R$ 500.000,00, (-) Deduções das Receitas para FUNDEB R$ 5.703.200,00 - Total das Receitas R$ **37.049.000,00,** sendo a Receita Corrente Liquida – RCL R$ 36.549.000,00. Na sequência, foram demonstradas as Despesas Públicas fixadas, conforme segue: PODER LEGISLATIVO: Ação Legislativa- R$ 1.504.000,00; PODER EXECUTIVO: Departamento de Governo = R$ 1.305.000,00; Departamento Jurídico = R$ 252.000,00; Departamento de Administração = R$ 1.383.000,00; Departamento de Finanças = R$ 1.554.000,00; Departamento de Planejamento = R$ 193.000,00; Departamento de Agricultura e Meio Ambiente = R$ 286.000,00; Departamento de Saúde – Fundo Municipal de Saúde R$ 9.707.000,00; Departamento de Zoonoses e Vigilância Sanitária = R$ 421.000,00; Departamento de Educação –Ensino Regular infantil R$ 2.461.000,00; Ensino Especial R$ 60.000,00; Ensino Regular Fundamental R$ 4.313.000,00; FUNDEB = R$ 4.350.000,00; Ensino Jovens e Adultos R$ 10.000,00; Ensino médio e superior e curso profissionalizante no valor de R$ 70.000,00; Departamento de obras e Serviços Públicos- Setor de Serviços Públicos R$ 2.333.00,00; Setor Estradas e Rodagens Municipais = R$ 860.000,00; Setor de Limpeza Pública = R$ 550.000,00; Departamento de Urbanismo = R$ 1.046.000,00; Departamento de Trabalho e Assistência Social = R$ 1.685.000,00 – Setor de Merenda Escolar = R$ 762.000,00; Departamento de Cultura e Turismo – Setor de Promoção da Cultura = R$ 567.000,00 – Setor de Turismo = R$ 25.000,00; Departamento de Esporte e Lazer = R$ 473.00,00; Encargos Gerais do Município: Obrigações Tributárias e Contributivas R$ 371.000,00; Serviço da Dívida Interna R$ 322.000,00e Reserva de Contingência = R$ 186.000,00, totalizando a despesa pública em R$ 37.049.000,00. Após as explanações foi colocada a livre a palavra à disposição dos presentes para esclarecimentos e sugestões, e como ninguém quis fazer uso da mesma e nada mais havendo a tratar foi encerrada a audiência pública e lavrada a presente ata, que após lida e achada conforme vai assinada por mim Paulo Henrique Grego, Benedito Antonio Baptista e pelos presentes.

Beatriz Adnal